



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 04/2016
Período: 20/02/2016 – 26/02/2016

GEDES - UNESP

- 1- Ministro da Defesa não confirmou o recebimento de verba para combate ao *Aedes aegypti*
- 2- Autor lançou livro com obras críticas aos regimes militares no Brasil e na Argentina
- 3- Atletas das Forças Armadas competirão nas Olimpíadas Rio 2016
- 4- Em entrevista, ministro da Defesa defende o repasse de 2% do PIB para o orçamento da pasta
- 5- Ex-comandante da MONUSCO destacou retrocesso no número de grupos rebeldes
- 6- Documentário ressaltou censura sofrida pelo *O Estado* durante regime militar
- 7- Aeronáutica investiga possível infração na decolagem de uma aeronave da Polícia Federal, em Brasília
- 8- MIS expõe videoinstalação com cenas de pornochanchadas censuradas durante o Regime Militar
- 9- Ex-militante faleceu aos 78 anos
- 10- General analisou o emprego das Forças Armadas no Brasil

1- Ministro da Defesa não confirmou o recebimento de verba para combate ao *Aedes aegypti*

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, em meio à campanha “Zika Zero”, que vem mobilizando vários ministros e a própria presidenta da República, Dilma Rousseff, em ações de combate ao mosquito em vários estados, o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, não confirmou o recebimento de R\$ 136 milhões. O dinheiro, solicitado pelo Ministério da Defesa, seria para as despesas com os deslocamentos de militares pelo Brasil nas campanhas do governo. (*Folha de S. Paulo - Cotidiano - 20/02/16*)

2- Autor lançou livro com obras críticas aos regimes militares no Brasil e na Argentina

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o autor André Mesquita, lançou “Esperar Não É Saber: Arte entre o Silêncio e a Evidência”, que contém obras do período em que os militares estavam no poder no Brasil e na Argentina. Mesquita lembrou de obras como a do artista Artur Barrio, que em protesto ao terror das torturas e mortes, lançou 14 trouxas ensanguentadas nas margens de um rio, em alusão aos corpos de desaparecidos. Também em protesto aos meios utilizados pelos militares, Hudinilson Jr., Mario Ramiro e Rafael França cobriram, com sacos plásticos, as cabeças de estátuas na cidade de São Paulo, em 1979. O autor citou o filme de Clara Ianni e

Débora Maria da Silva, “Apelo”, para mostrar como a violência causada pelas forças de segurança não cessaram mesmo com o retorno à democracia. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 20/02/16)

3- Atletas das Forças Armadas competirão nas Olimpíadas Rio 2016

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, aproximadamente 100 atletas das Forças Armadas competirão nos Jogos Olímpicos Rio 2016, o dobro de competidores presentes na última edição, em Londres. Tais atletas integram o programa esportivo das Forças Armadas, que empregam 668 desportistas de 24 modalidades, sendo a maioria temporários, contratados por 8 anos para integrar uma das três Forças, Aeronáutica, Exército e Marinha. O programa é mantido pelos Ministérios da Defesa e do Esporte, que investem, respectivamente, R\$15 milhões para o pagamento dos salários dos atletas, e R\$10 milhões para custear a presença em eventos. O ingresso é a partir de um edital e o atleta, se aceito, não segue uma rotina militar tradicional, pois seu foco são os treinos, podendo utilizar as dependências militares para tal. O quartel-general do Brasil nas Olimpíadas será uma instalação militar: a Escola de Educação Física do Exército, na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro. O brigadeiro Carlos Augusto Amaral, diretor do departamento de desporto militar do Ministério da Defesa, afirmou para o jornal: “O que damos não é um patrocínio, mas uma profissão por oito anos. Temos gente de outras profissões, está previsto na Lei Militar. No caso dos atletas, o trabalho é treinar o dia inteiro”. (Folha de S. Paulo – Esporte – 21/02/16)

4- Em entrevista, ministro da Defesa defende o repasse de 2% do PIB para o orçamento da pasta

Em entrevistas aos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, defendeu que seja garantido um percentual de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para o orçamento anual da pasta. Ao *Estado*, o ministro afirmou que o Brasil é o país com o menor percentual do PIB destinado à defesa entre os chamados BRICS – o Brasil conta atualmente com 1,4% do PIB, sendo a média percentual entre os países do BRICS de 2,31% – e em relação à América do Sul, o país conta também com um percentual abaixo da média entre os países do continente, de 1,71%. Diante disso, de acordo com Rebelo, é preciso valorizar mais a agenda de defesa do país e isso deve ser convertido em recursos. Ao *Correio*, o ministro afirmou que tal garantia é necessária visto que há uma “sazonalidade de recursos e do orçamento” para a área. Segundo Rebelo, a escassez de recursos acarreta na protelação do início de grandes projetos que, apesar de importantes, são substituídos por projetos que já estão em curso. A existência de uma verba permanente para a Defesa é, para o ministro, algo que “os países que valorizam a atividade defesa fazem”, e justifica que o percentual de 2% daria equilíbrio e continuidade aos projetos, além do custeio de um sistema de defesa nacional compatível com a economia, geografia, extensão fronteiriça, dimensão do espaço aéreo e extensão das águas jurisdicionais do Brasil. Rebelo afirmou que ainda não enviou a proposta à presidenta da República, Dilma Rousseff, responsável pela aprovação, mas que já estimulou os parlamentares para que debatam a respeito e considerem a proposta. O ministro afirmou ainda que a Força Aérea Brasileira (FAB) deve adquirir ao menos 3 unidades da aeronave modelo KC-390, produzidos pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e os recursos para tal estão inclusos

no projeto apresentado por Rebelo. Além disso, Rebelo declarou ao *Estado* que a riqueza de petróleo do país está em áreas jurisdicionais vulneráveis, além do comércio internacional do Brasil ser feito quase exclusivamente pelo mar, destacando, por conta disso, a necessidade de renovar a esquadra brasileira e de uma segunda esquadra e o fortalecimento da presença na Amazônia. Em relação ao papel das Forças Armadas no país, o ministro afirmou ao *Estado* que a atividade principal das Forças é a defesa do país, porém, de forma subsidiária, auxiliam em diversos segmentos como em situações de seca ou no combate ao vírus Zika. Ademais, destacou que, apesar disso, as Forças Armadas não podem “perder nem a perspectiva nem o fato porque são homens e mulheres treinados para a defender o País e adestrados para a guerra”. No *Correio*, foi abordado ainda a questão das Olimpíadas e do mosquito *Aedes aegypti*. Ao lembrar de outras doenças, como a febre amarela, que assolaram o país no início do século 20, Rebelo destacou que na atualidade deve-se enfrentar o mosquito com meios muito mais potentes do que os que se possuía no passado, pois há instrumentos na área de saúde pública, logística, organização e capacidades muito mais amplas atualmente e, desse modo, as Forças Armadas se envolvem e apoiam essas iniciativas. “Em relação às Olimpíadas, não faz sentido proibir ou suspender por uma causa que está sendo combatida, e que naturalmente até as Olimpíadas terá incidência muito reduzida por conta da época, em que não é propícia à reprodução do mosquito, e por conta do combate que o governo está fazendo”, atestou o ministro. Ao ser questionado acerca da aprovação do Projeto de Lei Antiterrorismo, Rebelo respondeu que ocorrerá “o mais rápido possível, pois o Brasil já sofre riscos de partilhar informações relacionadas com essa questão de terrorismo por não ter um projeto aprovado. Ou seja, há uma certa cobrança internacional para o Brasil ter uma lei compatível com as preocupações mundiais, com esses temas, ameaças e com esses riscos”. (*Correio Braziliense – Política – 21/02/16; O Estado de S. Paulo – Política – 22/02/16*)

5- Ex-comandante da MONUSCO destacou retrocesso no número de grupos rebeldes
Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-comandante da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos, destacou a importância da operação da Organização das Nações Unidas (ONU) ao derrotar o grupo rebelde MR 23, que havia invadido a cidade de Goma no ano de 2013 e aspirava “criar um governo paralelo”. Conforme informou o general, a queda do MR 23 dissuadiu “mais de 5.000 combatentes de outros grupos”, o que Cruz considerou “um dos principais legados de seu período à frente da MONUSCO”. O grupo rebelde Forças Democráticas Aliadas (ADF, sigla em inglês), responsável por ações terroristas no país, entretanto, persiste, apesar de haver ocorrido um “sensível recuo”. No entanto, Cruz considera o conflito entre as ADF contra o Exército do Congo e os soldados da ONU uma “guerra assimétrica”, afirmando que a repressão das ADF “será um dos maiores desafios de seu sucessor, o sul-africano Derick Mbuyiselo Mgwabi”. O general declarou, ainda, que as eleições que se aproximam no Congo têm a probabilidade de agravar ainda mais o conflito, causando maior instabilidade no país. Cruz ressaltou que “é uma grande ilusão achar que a ONU pode garantir a segurança da eleição”, visto que as tropas da ONU possuem apenas 450 soldados, enquanto o país apresenta uma população de cerca de 80 milhões de habitantes. Para o general, a missão de garantir a segurança durante o período eleitoral caberá ao Exército congolês e à polícia local. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 23/02/16*)

6- Documentário ressaltou censura sofrida pelo O Estado durante o regime militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, ocorreu, no dia 22/02/16, a exibição do documentário “Estranhos na Noite”, que delibera a respeito da censura sofrida, durante o regime militar (1964-1985), pelo periódico, “primeiro jornal brasileiro a ser alvo do AI-5”. O motivo inicial para a perseguição ao jornal foi o editorial “Instituições em Frangalhos” publicado no dia 13/12/68, em que o ex-presidente da República, o marechal Artur Costa e Silva, foi criticado pela tentativa, ilegal de acordo com o jornal, de processar o deputado Márcio Moreira Alves por discursar contra as Forças Armadas. O documentário, dirigido por Camilo Tavares, filho do ex-editorialista do periódico exilado durante o regime, Flávio Tavares, reproduziu, em 27 depoimentos, a articulação militar para “obstruir a prática do jornalismo pela empresa”. Robson Sávio, integrante da Comissão da Verdade de Minas Gerais, ressaltou a atualidade do tema em virtude dos discursos favoráveis à intervenção militar que vêm sendo proferida por uma parcela da população insatisfeita com o governo atual. (*O Estado de S. Paulo* – Caderno 2 – 23/02/16)

7- Aeronáutica investiga possível infração na decolagem de uma aeronave da Polícia Federal, em Brasília

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Aeronáutica investiga o incidente ocorrido no aeroporto de Brasília no dia 23/02/16, no qual duas aeronaves — uma da Força Aérea Brasileira e a outra da Polícia Federal — que decolavam simultaneamente, quase colidiram. Segundo os periódicos o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica informou as investigações apontam para uma possível infração das regras de tráfego aéreo pela aeronave PR-BSI, da Polícia Federal, que teria realizado uma manobra diferente do previsto. Em nota divulgada, a Aeronáutica declarou que “caso se confirmem indícios de desobediência às normas aeronáuticas, o processo será encaminhado à Junta de Julgamento da Aeronáutica, que poderá aplicar sanções administrativas”. (*Correio Braziliense* – Cidades – 24/02/16; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 25/02/16)

8- MIS expõe videoinstalação com cenas de pornochanchadas censuradas durante o Regime Militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo está apresentando desde o dia 24/02/16, uma videoinstalação da cineasta e artista visual Fernanda Pessoa. A obra traz à tona cenas de pornochanchadas —mistura de erotismo e cinema popular— censuradas durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Em sua pesquisa, Pessoa analisou inúmeros documentos e filmes nacionais do período. (*Folha de S. Paulo* – Ilustrada – 24/02/16)

9- Ex-militante faleceu aos 78 anos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, faleceu no dia 21/02/16 a ex-militante política Jovelina Tonello Mantovani. Segundo o periódico, durante o regime militar (1964-1985) Mantovani recorreu à luta armada e foi torturada e presa em 1970, junto com o marido e o filho de dois anos. Após passar um ano detida, foi trocada (junto com outros presos) pelo embaixador da Suíça que havia sido sequestrado. Após sair da prisão, Mantovani passou por diversos países, dentre eles Chile, onde foi

novamente detida, Cuba e Coreia do Norte, onde recebeu treinamento militar. Retornou ao Brasil em 1980 e passou a trabalhar na área da saúde. Segundo o periódico, Mantovani dividiu cela com a atual presidenta da República Dilma Rousseff. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 25/02/16)

10- General analisou o emprego das Forças Armadas no Brasil

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-chefe do Estado-maior do Ministério da Defesa e general do Exército, Rômulo Bini Pereira, analisou o emprego das Forças Armadas no Brasil. Pereira afirmou que, segundo informações do Ministério da Defesa, 200 mil militares estão trabalhando no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. O militar disse considerar tal efetivo surpreendente e, apesar de considerar o esforço válido, apontou que o número causa preocupação, pois indica que “nossas fronteiras e organizações militares estão desguarnecidas, nossos navios estão atracados ou à deriva e os nossos aviões, sem tripulação para a condução de nossas autoridades para ouvirem suas bases”. Pereira chamou atenção para o fato de que as Forças Armadas têm sido empregadas de forma constante em ações consideradas complementares, de apoio à população e de caráter social, substituindo os órgãos que não são capazes de atuar de maneira eficaz em tais operações, e criticou a recorrência ao Exército como “mão de obra barata”. Em relação à “guerra ao mosquito”, afirmou que representa uma tentativa do governo central para obter credibilidade, não podendo ser uma ação de longa duração. Ao afirmar que as “ações complementares” influenciam as missões constitucionais das Forças Armadas, Pereira apontou como consequência negativa a dificuldade de proporcionar às tropas - em grande parte formadas por jovens do Serviço Militar Obrigatório, o qual tem duração de até 12 meses - o treinamento desejado. Esta dificuldade não afeta apenas o campo externo de defesa da pátria, mas também o âmbito interno, que se torna cada vez mais importante na garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem. Ao final de seu texto, o militar apontou a possibilidade de intervenção das Forças Armadas em casos de vandalismo e “badernas”, utilizando como exemplo ameaças de “reação” caso o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sofra pena judicial em razão de recentes denúncias de corrupção. Segundo Pereira “uma grave instabilidade institucional que obrigará ao emprego das Forças Armadas de acordo com a Constituição da República”. (*O Estado de S. Paulo - Opinião – 25/02/16*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)